

A ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA E SEUS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS

The cooperative organization and the democratic principles

Edson Arlindo Silva¹, José Roberto Pereira², Maria Izabel Vieira Botelho³

RESUMO

A constituição de uma cooperativa se dá a partir do momento que as pessoas, por meio de interesses comuns e almejando atingir determinados fins, se unem voluntariamente e sob livre adesão, para gerir democraticamente seu empreendimento, assumindo todos os benefícios e riscos advindos das atividades da cooperativa. A organização cooperativa é estruturada por princípios éticos que a distinguem das demais organizações. É uma organização que se fundamenta em princípios teóricos democráticos como a “solidariedade” e a “igualdade” constituindo os fundamentos da participação de seus associados no processo decisório e que, por sua vez, podem garantir a formação cidadã de seus membros. Para compreender os princípios cooperativos, realizou-se revisão de literatura, contemplando autores de matrizes conceituais diversas, incluindo os ideólogos do cooperativismo “utópico” que tratam do tema “solidariedade e igualdade” como princípios de organização democrática em cooperativas. Em seguida, analisou-se as categorias analíticas igualdade e solidariedade visando compará-las com a percepção dada pelos associados da Cooperativa Educacional de Viçosa, em Minas Gerais (COEDUCAR) relativa a estas categorias. A questão que norteou o desenvolvimento deste trabalho centra-se na análise destes conceitos teóricos no ambiente organizacional da cooperativa. A metodologia foi fundamentada na pesquisa qualitativa, utilizando-se de entrevistas semi-estruturadas, técnicas de dinâmicas de grupo e análise documental. Observou-se que os associados, ao celebrarem um contrato para a constituição de uma cooperativa, buscam defender a igualdade de seus direitos e solidariedade no desenvolvimento de seus interesses. Em contrapartida, não efetivam de forma prática a participação e co-responsabilidade com o seu próprio empreendimento.

Palavras-chave: cooperativismo, solidariedade, igualdade.

ABSTRACT

The setting of a cooperative takes place the moment people holding common interests and wishing to reach common goals, voluntarily unite under a free-adhesion scheme to democratically manage their enterprise taking all benefits and risks involved in cooperative activities. The cooperative organization is structured under ethical principles which distinguish them from other organizations. It is an organization based on democratic theoretical principles like solidarity and equalness constituting the bases of their associates' participation in the decision-making process and which, in its turn, may grant the citizenry formation of its members. In order to understand the cooperative principles a literature review was carried out, ranging authors of several conceptual palletes, including the ideologists of the “utopian” cooperativism who deal with the “solidarity and equality” theme as principles of democratic organizations in cooperatives. Next, the analytical categories “solidarity” and “equality” were analysed aiming to compare them to the notion given to them by the associates of the Cooperativa Educacional de Viçosa, MG (COEDUCAR). The north point of this paper is the analyses of these theoretical concepts in the cooperative's organizational environment. The methodology used in data-collection was based on qualitative research, by the use of semi-structured surveys, group-dynamic techniques and documental analysis. It was verified that the associates, as they celebrated a contract to the construction of a cooperative, seek to defending both the equality of their rights and solidarity in the development of their interests. On the other hand, they do not put into effect their participation and co-responsibility as for their own business in a practical way.

Key words: cooperative system, solidarity, equality.

1. INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, pode-se observar o grande interesse que há nos mais diversos segmentos da sociedade brasileira em relação ao sistema cooperativista. As cooperativas e seus vários ramos de atuação são vistas

como um instrumento eficiente para organizar, no mesmo ambiente, pessoas em torno de objetivos comuns com vistas a superar as mazelas e as desigualdades sociais, organizar produções e serviços, atuar em grandes empreendimentos como o *agronegócio*, e possui a capacidade em contornar as dificuldades econômicas de

¹Administrador/UFV, Especialista em Filosofia/UFOP, Mestre em Extensão Rural pelo Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa/UFV e Bolsista do CNPq – thomasedsonn@bol.com.br

²Doutor em Sociologia, Professor do Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras/UFLA.

³Doutora em Sociologia, Professora do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa/UFV.

Recebido em 13/09/04 e aprovado em 30/05/05

um mercado capitalista cada vez mais competitivo, excludente e protecionista. Dessa forma, acredita-se que as organizações cooperativas são uma importante alternativa de ajuda mútua e cooperação entre diversas pessoas e sociedades dentro da dinâmica mundial atual.

A trajetória histórica do cooperativismo, em várias partes do mundo, trouxe à tona diferentes formas de conceber uma cooperativa, desde a concepção de instrumento político do Estado a unidades de transformação social. Esta forma de organização social pode resultar de uma concepção de instrumentos ou mesmo de concepções de setores da sociedade civil, visando transformação. Na sociedade inglesa do século XVIII, o cooperativismo foi construído como um projeto político alternativo e que possuía especificidades próprias. Rios (1987) classificou esse projeto político em duas dimensões de integração setorial: *ascendente* e *descendente*. A dimensão *ascendente* inclui as experiências que partiam de uma comunidade agrícola, passando pelo beneficiamento da produção até chegar ao setor de serviços e educação. Na dimensão *descendente* o caminho é inverso, ou seja, parte-se do consumo para se chegar ao setor agrícola.

Dentro do cooperativismo inglês, destacam-se, também, alguns teóricos que procuraram trazer para dentro desta organização social, os ensinamentos do cristianismo. Na França, os ideais de cooperação são expressos pela corrente de pensamento denominada de “socialismo associacionista” ou “utópico”, caracterizados pela nostalgia do passado e pela aspiração do retorno à empresa industrial urbana.

As idéias dos “precursores do cooperativismo” provocaram mudanças significativas em vários países da Europa. Na Inglaterra, por exemplo, o cooperativismo passou a influenciar a elaboração de várias leis, bem como a economia nacional e, tornou-se fator decisivo no abastecimento do país, influenciando na política de preços. Na França, as cooperativas operárias de produção trouxeram vantagens consideráveis para a classe operária, de modo geral. Desse modo, não se pode conceituar uma cooperativa como uma associação de pessoas e por trazer benefícios a seus associados, pois outras organizações não-cooperativas poderiam fazer o mesmo. É preciso conceber uma cooperativa como uma organização multifuncional e caracterizada por atributos sociais e econômicos.

Uma cooperativa é, pois, uma organização de pessoas organizadas com a intenção de auto-ajuda. É uma organização social com propósitos econômicos e sociais. A cooperativa prevê um vínculo mediante o qual os associados se ajudam mutuamente, com eficiência, oferecendo bens e serviços de qualidade. Os membros individuais têm a oportunidade de conhecer, na prática, as virtudes da ação conjunta, bem como de compreender e aceitar as responsabilidades de uma sociedade democrática (PINHO, 2001).

Tendo em vista a análise proposta neste estudo, pode-se afirmar que as cooperativas educacionais deveriam representar o segmento cooperativista formado por alunos, pais de alunos e, ou, professores que, por meio de uma estrutura cooperativista, buscam proporcionar à comunidade cooperada uma educação básica, do maternal ao ensino fundamental, com boa qualidade de ensino e preço acessível, podendo ainda realizar cursos diversos, adquirir materiais didático-pedagógicos e realizar outras atividades ligadas à área educacional. A cooperativa educacional é a mantenedora do empreendimento cooperativista que visa oferecer condições materiais e financeiras para criação e funcionamento de escolas, cursos e outras atividades e serviços que esta se propõe a auferir aos seus associados no atendimento às suas necessidades no âmbito educacional.

Para compreender os conceitos de solidariedade e igualdade em cooperativas que deveriam se apoiar nesses princípios de organizações democráticas, torna-se necessário buscar nas mais variadas correntes teóricas as razões que levaram milhões de indivíduos a se unirem em organizações com objetivos e interesses comuns, buscando a realização dos mesmos, via cooperação e ajuda mútua.

A idéia de ajuda mútua e cooperação está intimamente ligada à trajetória de evolução da espécie humana. Desde os primórdios, os seres humanos já se organizavam mutuamente para caçar, pescar, coletar frutos, guerrear, armazenar os alimentos e construir moradias. Para Pinho (2001), podemos visualizar a cooperação sob dois aspectos, quais sejam, “informal” e “formal”. O aspecto “informal” corresponde a ações de mutirões, grupos de amigos, ou de pessoas que se unem voluntariamente para ajudar as demais pessoas em construções e reformas de casas, eventos beneficentes, ações entre amigos, plantio e colheita coletiva, etc, possuindo, dessa forma, caráter eventual. Já o aspecto “formal” refere-se à cooperação entre as pessoas regidas por regras e normas

estatutariamente estabelecidas, em que cada associado é co-responsável pela cooperativa.

Contudo, é indispensável a promoção de atividades sociais, como as atividades de educação, que tendem a formar e conscientizar os associados de seu papel no ambiente organizacional da cooperativa, como agentes transformadores do meio em que vivem.

Portanto, observou-se que a maioria dos associados, ao celebrarem um contrato para a constituição de uma cooperativa, busca defender a igualdade de seus direitos e deveres em troca de benefícios futuros. A constituição de uma cooperativa dá-se a partir do momento que os associados, por meio de interesses comuns e almejando atingir determinados fins, unem-se para gerir democraticamente seu empreendimento, assumindo todos os benefícios e perdas advindas das atividades da cooperativa. É por meio dessa união de interesses que pessoas das mais diversas camadas sociais procuram, sob o olhar dos princípios de solidariedade e igualdade, concretizar desejos, dificilmente realizados individualmente.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. O Princípio da Igualdade no “Contrato Social”, de ROUSSEAU

Para Rousseau (1999), a igualdade faz nascer a democracia entre os seres humanos. Esta relação íntima entre a democracia e a igualdade foi palco de muitas discussões e análises, levando alguns autores a percorrer diversos caminhos para compreenderem melhor esta relação de complementariedade entre igualdade e democracia.

Rousseau (1999), por sua vez oferece suporte teórico para iniciar a compreensão entre democracia e igualdade. Entretanto, foi por meio de incansáveis observações e análises das sociedades de sua época, que este autor propôs um estado mais solidário e democrático entre os homens. Em primeira instância, chamou atenção para a necessidade de constituir um *pacto social* entre os indivíduos, cujo principal objetivo era unir os homens em torno de uma *vontade geral*, propondo resguardar a cada indivíduo seus direitos e deveres.

A proposta de um “contrato social” é o conceito-chave do pensamento político de Rousseau, ao permitir legitimar o ordenamento político das sociedades, tornando-o compatível com a liberdade. O contrato permite a expressão política da *vontade geral* a partir de uma votação universal em que, pela aceitação de todos, as vontades particulares seriam preteridas em prol de um

governante que mantenha a organização social. Cada indivíduo aliena sua vontade e seus interesses mediante manipulação e distorção de seus direitos. A alienação das vontades individuais designa, precisamente, o processo de transformação das determinações originalmente pessoais da vontade em determinações gerais. A alienação da vontade é o processo pelo qual os indivíduos submetem-se ao poder exterior da lei sem perder a liberdade, o que aconteceria se cada um obedecesse às leis por imposição de um poder. Nesse último caso, não há alienação da vontade e, portanto, transformação dos interesses pessoais em interesses gerais projetados nas leis, mas apenas impedimento ou mandamentos a serem seguidos.

É a união destes indivíduos na forma de associação, que tem por objetivo defender e proteger cada indivíduo, e ao mesmo tempo os pertences de cada associado com o trabalho comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece, contudo, a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto em seu estado natural (ROUSSEAU, 1999).

A alienação da vontade particular permite que cada um, “unindo-se a todos, não obedece senão a si mesmo”, mas busca na união entre os indivíduos concretizar seus objetivos, procurando fazer de sua liberdade a realização permanente de seus direitos, pois o contrato é absolutamente voluntário. Mas, como se trata de uma alienação recíproca, cada um ganha sobre o outro o mesmo direito que lhe havia concedido sobre si mesmo. Portanto, no instante em que cada um dando-se a todos não se dá a ninguém e, não existindo um associado sobre o qual não se adquira o mesmo direito que se lhe cede sobre si mesmo, ganha-se o equivalente de tudo que se perde, e maior força para conservar o que se tem (ROUSSEAU, 1999).

É evidente que a lei restringe a liberdade particular, mas também restringe, igualmente, a de todos os outros indivíduos. Perde-se o direito de romper contratos, mas ganha-se a segurança de que os outros serão obrigados a cumprí-los. Agindo desse modo, os indivíduos, por meio da celebração do *contrato social*, submetem sua liberdade individual em favor de uma liberdade mais ampla, denominada por Rousseau (1999) *vontade geral*, ou seja, constituída pelo *povo*, lançando os fundamentos necessários para iniciar o sistema democrático moderno.

2.2. Justiça Social e Solidariedade na Concepção de OWEN

A proposta de Owen com vistas à transformação social, analisada por Magnani (1987), consiste na efetivação

de três pilares, nos quais se deve fundamentar uma sociedade mais justa, solidária e igualitária. Num primeiro momento, o respeito aos direitos alheios que propõe aos indivíduos liberdade para desenvolver suas habilidades, procurando cada vez mais, incentivar os indivíduos em sua criatividade. Em segundo, a preocupação necessária em fazer valer, nos convívios sociais, a equidade, ponto de partida para a defesa dos interesses e objetivos comuns. Por último, torna-se indispensável a qualquer grupo de indivíduos a promoção da cooperação entre seus membros. Essa cooperação desenvolve-se com maior eficiência a partir do momento que todo o grupo esteja consciente da necessária união de todos os membros.

Para a autora, este espírito solidário que Owen buscou por quase toda a sua vida implementar no seio das diversas camadas sociais, veio por meio de atitudes práticas que demonstravam a importância de se construir um projeto social, no qual pudesse reinar a preocupação do indivíduo enquanto grupo e, portanto, parte do todo social e não somente como “peça de engrenagem” que colabora no andamento das atividades presentes na sociedade burguesa capitalista.

Segundo Magnani (1987), Owen acreditava que o sistema ideal de sociedade seria constituído pelos princípios de justiça e solidariedade entre todos os indivíduos. Mas a concretização de seu ideal somente seria possível a partir do instante em que as relações de dominação comesçassem a desaparecer por vias que permitissem resguardar a liberdade de escolha, a autonomia nas relações sociais e o respeito aos direitos e deveres que se expressariam sob a forma de um “contrato social”.

Para Magnani (1987), Owen procurava transformar a sociedade em que vivia, partindo da modificação dos seguintes pontos problemáticos que ele próprio considerou ser os principais obstáculos, que poderiam interferir em seu projeto de “sociedade ideal”:

- a) ignorância, superstição, que tinham como conseqüências a conduta imoral e os maus hábitos da maioria da população.
- b) o longo dia de trabalho.
- c) o alto preço e a qualidade inferior de tudo que os trabalhadores compravam para uso próprio.
- d) as péssimas acomodações e a organização interna de suas casas para criar e treinar seus filhos, durante a infância e seus preconceitos em relação a um administrador inglês (MAGNANI, 1987).

Esta identificação dos principais problemas na sociedade de sua época, permitiu a Owen elaborar mecanismos de transformação como o disciplinamento das atividades de trabalho, a implementação de regras de conduta coletiva, a valorização do indivíduo enquanto membro de uma coletividade e a gestão democrática e participativa, em que o objetivo central é despertar nos marginalizados e excluídos da sociedade, a busca por sua autonomia, seja no grupo, ou seja por meio das relações sociais. Mas, para alcançar seu principal objetivo, era necessário vencer as barreiras do egoísmo, da injustiça e da desigualdade entre os seres humanos. Mais do que isto, era preciso transformar o “utópico” em “real”.

2.3. Desigualdade Social e Individualismo em PROUDHON

Proudhon (1986) atribui a origem da desigualdade humana primeiramente à necessidade, derivada da agricultura, de demarcação das terras cultivadas individualmente, a fim de assegurar a igualdade de direitos de cada indivíduo sobre o que produz. Paradoxalmente, é a intenção de igualdade que conduzirá à desigualdade na medida em que o direito à demarcação equitativa acaba originando o direito à alienação de onde vem, ou seja, da idéia de *propriedade privada*. Para minimizar os impactos decorrentes deste mal, Proudhon (1986) propõe introduzir um critério de distribuição de toda riqueza produzida pela sociedade, cunhada pela história como a teoria do *bônus de trabalho*.

Eu me perguntei certo dia: por que tanta dor e miséria na sociedade? O homem deve ser eternamente infeliz? E, sem me deter nas inúmeras explicações dos empreendedores de reformas, que atribuem a miséria geral, uns à infâmia e imperícia do poder, outros, aos conspiradores e às rebeliões, outros ainda à ignorância e à corrupção geral; cansado dos intermináveis combates da tribuna e da imprensa, eu quis aprofundar a questão. Nesta estrada penosa, recolhi vários fatos interessantes que divulgarei a meus amigos e ao público logo que tiver possibilidade. Mas - é necessário que eu diga - acreditei de início entender o que não tínhamos nunca compreendido, o sentido destas palavras tão vulgares e tão sagradas: Justiça, equidade, liberdade; que, sobre cada uma dessas coisas, nossas idéias eram profundamente obscuras; e que, enfim, essa ignorância era a causa única do pauperismo que nos devora, e de todas as calamidades que afligiram a espécie humana (PROUDHON, 1986).

A análise de Proudhon (1986) consiste em pensar a possibilidade da existência de uma sociedade mercantil, fundamentada na produção de mercadorias e na propriedade privada dos meios produtivos, sem trabalho assalariado, ou seja, uma sociedade capitalista sem a classe capitalista e sem proletariado. Ele não consegue pensar a igualdade social senão enquanto igualdade do ter, como equalização da propriedade privada e como equivalência da posse de valores.

Trata-se de pensar a igualdade humana pressuposta pela essência genérica, sob sua forma econômica idealizada. Ele parte, pois, da “expressão econômico-política da auto-alienação humana”, ou seja, das categorias utilizadas pela sociedade burguesa para compreender e interpretar a essência humana, partindo das suas próprias estruturas determinantes, a saber, a propriedade privada, o trabalho assalariado e produção de bens de consumo.

2.4. Indivíduo e Pessoa: as Relações de Subjetividade em DA MATTA

A vida social no Brasil é repleta de relações dicotomizadas, nas quais o ser humano é classificado em duas perspectivas antagônicas. De um lado, sobressai a figura do “indivíduo”, cidadão comum, semelhante à grande maioria da população, condicionado às leis e muitas vezes considerado apenas mais um “rosto” na multidão. Em outro extremo, destaca-se a figura do “cidadão pessoa”, dotado de privilégios, favores e de excessiva imposição de autoridade.

É neste universo das relações sociais que se pretende identificar os tipos de relações existentes, que dão sustentabilidade à formação de uma sociedade, em que os paradigmas não podem e nem devem ser alterados, pois garantem a dominação e exploração de uma minoria em relação à grande maioria dos cidadãos brasileiros. Estas relações podem-se apresentar de várias maneiras, pois a diversidade de interesses e necessidades presentes na sociedade brasileira, procura revelar quem são os mais influentes e quais são os fatores que aproximam determinadas pessoas dos demais indivíduos. Estas pessoas buscam satisfazer seus interesses e se identificam, dentro de uma hierarquia preestabelecida, como pessoas detentoras do “poder” e da “palavra”, que procuram manipular e interferir de forma a modificar o comportamento dos demais indivíduos em benefício próprio.

Entretanto, é preciso conhecer o sistema social brasileiro, para entender o funcionamento desta “pirâmide hierárquica de posições e status sociais”. Possivelmente, por meio da integração e do convívio social, pode-se conhecer as particularidades dos membros da sociedade

considerados “pessoas” e dos que são considerados apenas “indivíduos”. Este jogo de interesses e privilégios sociais pressupõe etapas, já padronizadas na sociedade brasileira, em que apenas uma pequena parcela, dentro desta imensidão de brasileiros, consegue acessar aos títulos ou posições sociais, que permitem a eles, como bem denominou Matta (1990), fazer uso da expressão “Você Sabe com Quem Está Falando?”.

Em contraposição ao “Você Sabe com Quem Está Falando?”, encontra-se fortes evidências do uso cotidiano do chamado “jeitinho brasileiro”, no qual as relações sociais desenvolvem-se por meio das trocas de favores. Neste caso, é necessário que o provável beneficiado tenha um vínculo ou contato prévio com o intermediário, ou seja, com aquele que o tende a proporcionar certos benefícios ou uma pequena ajuda. Nota-se que, neste caso, há uma ruptura das normas legais, conseqüentemente poderá se observar o crescimento das desigualdades e das injustiças sociais. No entanto, é neste momento que se concretiza a desigual distribuição dos recursos disponíveis na sociedade brasileira, que procura beneficiar alguns e excluir a grande maioria em usufruir uma condição de vida melhor. Este acontecimento, contudo, poderá acarretar em conflitos e manifestações de insatisfação por parte daqueles que são excluídos ou impedidos de participar do processo de reconhecimento social e igualdade de direitos.

É, portanto, neste sistema de dominação onde o conflito aberto é evitado que encontramos, dentro mesmo da relação entre superior e inferior, a idéia de consideração como um valor fundamental. Dentro desse quadro, o conflito não pode ser visto como um sintoma de crise no sistema, mas como uma revolta que deve e precisa ser reprimida. Enquanto crise, o esforço seria para modificar toda a teia de relações implicadas na estrutura, mas, como revolta, o conflito é pessoalmente circunscrito, e assim resolvido (MATTA, 1990).

Os conflitos sociais advindos das relações de privilégios concedidos a determinado grupo, tendem a gerar manifestações sociais exigindo o cumprimento e aplicação das leis, e a efetivação da igualdade de todos perante a constituição federal. Constata-se, por meio desse episódio, que apenas os casos que extrapolam ou que são considerados abusivos, possuem um combate mais acirrado por aqueles que buscam devolver ao meio social o equilíbrio e a manutenção da justiça social.

Porém, os laços de interesses que unem os cidadãos a outros podem ser caracterizados, na maioria das vezes,

como mera projeção social, em que a pessoa utilizando-se de seu prestígio ou até mesmo, de sua posição que ocupa no cenário nacional, consegue mediante ruptura ou manipulação das leis e normas padronizadas na sociedade, colocar em prática suas próprias regras e normas de conduta. Por outro lado, a pessoa fazendo uso de sua identidade e posição social propõe acordos, nos quais prevalecerá a sua vontade particular e lhe proporcionará privilégios.

Esses tipos de relações ocorrem na sociedade brasileira por ter se consolidado nos meios sociais como formas alternativas de se chegar a determinadas realizações particulares. Assim, o caminho a se percorrer pauta-se dentro de um horizonte de leis “informais” e criadas conforme a situação a ser vivenciada no momento. O uso constante da troca de favores é considerado um eficiente recurso na obtenção de cargos de reconhecimento social e meio eficaz que contribui para a concretização das relações dominante - dominado.

Existem, na sociedade brasileira, casos concretos em que a pessoa para se manter no topo da hierarquia de prestígio social, como dominante, necessita frequentemente fazer uso do “Você Sabe com Quem Está Falando?”, pois este argumento permitirá manter sua posição social, agindo em benefício próprio, ou agindo de maneira maliciosa com o objetivo de atingir os demais indivíduos que lhe possa proporcionar situações de vantagens ou projeção social.

Esta busca permanente de querer levar vantagem em tudo, mesmo que para isto se torne necessário prejudicar a grande maioria, vem se repetindo de forma cada vez mais crescente, pois a ausência de uma política de distribuição de renda equitativa coloca a maioria dos indivíduos em condição de dependência, necessitando a todo momento, da interferência das pessoas que possuem certa influência nas tomadas de decisões sociais.

É vivenciando este cenário de disparidades sociais que alguns procuram por meio de associações, fortalecer seu grupo. Em grande parte são grupos que sofrem com as desigualdades sociais e a deturpação de seus direitos, procurando mediante reivindicações, diminuir o poder daqueles que são considerados, “medalhões” da sociedade brasileira.

A herança histórica dos valores tradicionais ainda presentes na sociedade brasileira permite constatar que o excesso de privilégios concedidos a um grupo restrito da sociedade tem restringido o acesso de determinados setores da sociedade brasileira a garantir seus direitos mínimos. Por outro lado, observa-se que parte desses mesmos setores estão se unindo em torno de interesses coletivos, nos quais procuram-se alternativas para poderem

reduzir a influência destas pessoas que se colocam superiores à grande maioria da população. Sendo assim, as propostas mais eficientes que têm surgido é a denúncia de abusos e de desvios das regras legais, que procuram instigar nas autoridades competentes, providências cabíveis para resolver essas situações de contrastes sociais.

Pode-se exemplificar a relação pessoa/indivíduo de várias formas, sendo a mais comum aquela relacionada ao “valor” que alguns recebem por possuírem posições de destaques ou poder, e pelo fato de possuírem bens materiais que lhe proporcionam *status* social elevado em comparação aos demais membros da sociedade. É a pessoa, revestida de fetiche social, que imprime valor em comparação aos demais indivíduos, aumentando o seu poder de influência e de tomada de decisão sobre assuntos que melhor lhe convier nas relações sociais.

O que marca a situação e a torna dramática é justamente a peripécia do desvendamento de outras identidades sociais, que vem liquidar de pronto anonimato de quem está reclamando contra o representante de um sistema bem definido de manutenção da ordem. Quem se considera agredido, pela regra geral, torna-se agressor, como aparentemente fraco e desconhecido transformando-se em forte e mais que conhecido (...). Todos os casos, de fato, implicam essas passagens de um papel universalizante a outro muito mais preciso, capaz de localizar o interlocutor dentro do sistema que se toma como dominante (MATTA, 1990).

Por meio da dominação, as pessoas influentes conseguem manifestar seu poder e sua capacidade de interferência sobre os demais indivíduos. Nesse sentido, a busca pela permanência de áreas de influência e domínio social, se dá a partir do momento em que certas pessoas fazem uso de suas habilidades para condicionar determinados indivíduos dentro de um processo de dependência e de troca de favores. O clima gerado nesta relação, não é nem de solidariedade e nem de igualdade, mas sim de alienação e submissão, pois, já não prevalece a vontade coletiva aparada em leis e regras estatuídas, mas tão somente, uma vontade particular, fazendo valer sua posição na hierarquia social de poder e influência do grupo, que de alguma forma dependerá de seus favores e proteção.

2.5. Solidariedade, Igualdade e Liberdade

A realidade e o contexto analisado por Rousseau (1999) é o de contraste social em relação à condição natural do indivíduo, que é totalmente impedido de exercer suas

próprias vontades e a sua condição social que comumente lhe restringe a liberdade. A investigação proposta por ele, pauta-se no questionamento em observar se a transição da liberdade natural para a condição de indivíduo social é necessária, ou seja, está atrelada a uma dependência permanente de sobrevivência ou está atendendo plenamente seu objetivo. Ele não se satisfaz em saber que as leis são feitas pelos homens, mas quer sobretudo saber como devem ser, tendo em vista sua origem e sua essência. Portanto, tendo a noção de que, ao desenvolver sua teoria do contrato social observa que a sociedade em sua organização e estrutura é o palco ideal para a realização das leis, deseja agora lhe examinar o dinamismo, além da existência e vida do corpo social, conhecendo suas relações e vontades.

Tocqueville (1987) sugere que é necessário buscar a igualdade de um modo justo e democrático, pois esta surgirá mediante acordo estabelecido entre os membros de uma sociedade. A relação que surge entre a igualdade e a liberdade é que ambas são essenciais em regimes democráticos. Este autor, ao analisar as relações entre os indivíduos, pautada na liberdade e igualdade, afirma que *o gosto que os homens tem pela liberdade e o que sentem pela igualdade são, na realidade, duas coisas distintas*. Estas distinções começam a se evidenciar a partir do momento que tornou-se necessário a justa distribuição dos recursos e bens materiais disponíveis na sociedade, sem que seja necessário o rompimento das relações sociais.

Em outra via de abordagem, os estudos de Durkheim (1995) dão um enfoque mais detalhado na maneira de conceber as relações sociais. Ele percebeu que os indivíduos em suas relações sociais são movidos a satisfazerem determinados desejos e objetivos por meio de convívios sociais. Assim, o conjunto de valores e crenças que perfazem as relações sociais entre os indivíduos, é sobretudo, o liame que leva cada um sob suas próprias características, unir-se mutuamente a outrem, no intuito de formar a “consciência coletiva” necessária, contribuindo para efetivar as relações de igualdade e solidariedade, o que poderia levar a concretização dos objetivos comuns entre os indivíduos.

Dumont (1985), em sua abordagem sobre os “valores sociais”, trilha um caminho diferenciado, no qual procura demonstrar as diversas maneiras que existem em atribuir valores a determinados indivíduos, e excluir dos meios sociais aqueles que não possuem nenhum tipo de valor social. Porém, o indivíduo carece de valores sociais, pois, sejam valores atribuídos a interesses meramente particulares, ou seja, aplicado no ambiente coletivo, em

que cada indivíduo, é o que é, devido as suas experiências ou condições de vida. Tal fato, só lhe é permitido no instante em que determinado indivíduo encontra em seu semelhante, afinidades, outrora inexistentes em si mesmo. A troca ou aquisição de “novos valores” ou experiências de vida, permitirá ao indivíduo o aperfeiçoamento de suas habilidades, ou o reconhecimento no ambiente social, a partir do momento em que estes “novos valores” forem aceitos e praticados pelos demais indivíduos.

Sendo assim, autores como Bobbio (1998), Figueiredo (1995), Magnani (1987), Matta (1990) e Proudhon (1986) procuraram demonstrar como se manifesta a democracia e as práticas de convívios no ambiente social, bem como suas implicações diretas nas relações entre os indivíduos. Ao analisarem o indivíduo e sua influência sobre o meio em que vivem, buscaram correlacionar as práticas individuais com as coletivas, permitindo a cada um desses autores, sob óticas diferenciadas, observar os principais fatores que contribuíram na formação de sociedades igualitárias e democráticas em contraposição às sociedades, nas quais imperam a desigualdade social, a injustiça e a competitividade entre seus membros.

O histórico apresentado foi obtido das análises teóricas que foram realizadas, buscando relacionar as discussões e abordagens propostas pelos autores que enfocaram os temas em questão, o que proporcionou o desenvolvimento e conclusão desse trabalho, bem como a percepção dos autores sobre os conceitos de solidariedade e igualdade como princípios de organização democrática.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Dos Alunos

Utilizando-se de técnicas de dinâmicas de grupo, análise documental e entrevistas semi-estruturadas, bem como a separação dos alunos em grupos, a equipe de pesquisa procurou evidenciar quais são os fatores que interferem na prática da solidariedade e igualdade entre os alunos da COEDUCAR (Cooperativa Educacional de Viçosa Ltda. – MG). Fundamentando-se em concepções teóricas relativas a solidariedade e igualdade, conseguiu-se identificar junto aos alunos no ambiente social da COEDUCAR, determinadas atividades que conduzem ou influenciam os alunos em seus comportamentos.

Constatou-se que no nível educacional III, correspondente de 5ª a 8ª séries, que os alunos por se encontrarem dentro de uma faixa etária de 11 a 14 anos, apresentaram comportamentos diversos a partir do momento em que participavam das dinâmicas.

A maioria dos alunos, deixou transparecer, em seus relatos, variados tipos de problemas, como a falta de diálogos com os pais, decorrente do cotidiano atribulado, o que os impossibilita de participarem das atividades escolares e recreativas dos filhos. Esta ausência, segundo os alunos, prejudica as relações entre pais e filhos.

Os conflitos com os professores, no que se refere ao processo ensino-aprendizagem foi considerado, por grande parte dos alunos, como um fator que os condicionam a realizar determinadas atividades contrárias às suas próprias vontades, já que grande parte do quadro de professores classificam os alunos em ótimo, bom, regular e ruim, por meio das notas obtidas em avaliações e lições dadas em sala de aula, e não por sua criatividade, habilidade ou até mesmo por sua regularidade em comparação com as médias de notas obtidas em outras disciplinas.

A questão para os alunos é saber como se pode mudar esta realidade e o que se pode fazer no intuito de criar alternativas pedagógicas que contribuam para melhorar a auto-estima e o desempenho de cada aluno, enquanto agente capaz de transformar a realidade que esta a sua volta.

Uma entre as diversas sugestões de mudanças, sugeridas pelos alunos, foi a de que os professores poderiam utilizar meios ou técnicas que visassem manter os alunos inseridos em práticas educacionais desenvolvidas em grupo. Para os alunos, estes procedimentos favorecem o desempenho e gera um ambiente de descontração e diálogo entre os membros do grupo, pois aqueles com maior dificuldade de aprendizagem, tendem a buscar na cooperação e nos atos solidários dos colegas, a superação de obstáculos que os restringem a progredir em determinadas disciplinas como a matemática e o português, consideradas pelos alunos aquelas que apresentam maior dificuldade de apreensão.

Por outro lado, a maior parte dos alunos envolvidos com a dinâmica de grupo, enfatizou que as atividades nas quais se coloca como medidor único e exclusivo de avaliação, ou seja, o método de “provas tradicionais”, somente tem contribuído para acirrar as disputas e aumentar a competição entre os alunos, gerando um clima de descontentamento por parte daqueles que não conseguem atingir a média satisfatória e ao mesmo tempo um entusiasmo de auto-suficiência e exibicionismo por parte daqueles que são considerados os “gênios” e “superdotados” da escola.

Este abismo pedagógico, que se alarga de maneira gradual no ambiente escolar da cooperativa, tem provocado

várias divergências por aqueles, principalmente professores e associados ativos, que procuram fazer com que a organização caminhe de forma coletiva e consciente de seus objetivos, e não como querem a sociedade educacional em geral, que exigem a formação de pessoas competitivas, sendo que cada colega que está ao seu lado deve ser visto como seu concorrente direto, porém devendo ser combatido e vencido.

3.2. Dos Professores

As opiniões dos professores, relatadas em entrevistas semi-estruturadas, sugerem que o aluno precisa se conscientizar que o conhecimento adquirido na escola lhe é útil no cotidiano, para além do espaço físico escolar. Se isso torna-se uma realidade, os alunos começam a selecionar seus interesses e há facilidade no processo de aprendizagem, como propondo atividades que sejam compatíveis com suas preferências e gostos. Assim, os alunos sentirão mais estimulados a aprender de acordo com a maneira como o professor conduz as aulas, valorizando cada aluno sem distinções ou interesses particulares que tendem a inibi-los dentro do processo de ensino-aprendizagem. Quando os conteúdos das disciplinas são trabalhados de maneira significativa e de acordo com a realidade dos alunos, eles se sentem como parte integrante de todo o processo educativo.

O conteúdo planejado para as aulas é de acordo com os projetos desenvolvidos pelo conselho pedagógico, em conjunto com os professores e alguns associados pais de alunos. Durante o desenvolvimento do projeto pedagógico, são abordados em sala de aula: trabalhos em grupo, rodas de discussões, experiências de vida de cada um, artes, teatros, aulas expositivas, filmes, excursões, visitas e avaliações periódicas. Tais procedimentos facilitam as relações entre os conteúdos a serem discutidos em sala de aula com os conhecimentos que os alunos já possuem. Em segundo plano, é necessário elaborar atividades de maneira que os alunos sintam-se desafiados para que a aprendizagem aconteça de forma prazerosa e lúdica.

Em relação aos problemas que os alunos têm expressado na escola e que aparecem nos relatos, pode-se citar principalmente a separação dos pais que geram mudanças de comportamento dos alunos, comprometendo o envolvimento em atividades em sala de aula tendo como consequência deficiência na aprendizagem e o isolamento. Em outros casos, na maioria das vezes, os alunos não expressam verbalmente os seus problemas, mas esses são fáceis de serem identificados a partir do momento em que

se percebe por meio das atitudes ou comportamentos que chamam a atenção dos que estão a seu redor.

A maioria dos associados, acredita no trabalho e na proposta pedagógica da escola, principalmente, por que quase sempre os pais procuram conhecê-la antes de matricular seu filho, ou seja, antes de se tornarem associados da cooperativa educacional. A qualidade de ensino é sempre discutida em reuniões individuais entre professores e diretoria, em reuniões coletivas, assembléias de pais, reuniões dos conselhos administrativo, pedagógico e fiscal. Portanto, é por meio desta interação entre associados-professores-alunos e cooperativa, que se procura efetivar um ensino de boa qualidade, a um custo baixo, prazeroso e significativo para todos. As atividades pedagógicas são realizadas individualmente quando se refere à preparação das aulas pelo professor e em grupo quando se trata de colocar em prática aquilo que é repassado junto aos alunos.

Mas são as atividades promovidas em grupo que obtêm um maior aproveitamento dos envolvidos, pois há uma relação de cooperação entre os membros, mesmo que, em alguns casos, a competição torna-se presente. Os casos de cooperação ocorrem quando o grupo todo participa e busca fazer com que todos os participantes sejam atuantes e se complementem uns com os outros. Nos casos individuais e competitivos, prevalecem a disputa, o reconhecimento particular e a superação dos demais.

Na COEDUCAR, a maioria das atividades acontece em grupo, porque é muito mais produtiva e enriquecedora a troca de experiências entre os membros que compõem o grupo. Os desafios e as críticas, em sua maioria, acontecem de forma aceitável e por meio de soluções coerentes com a realidade do grupo. O desempenho dos alunos nas atividades realizadas em grupo é muito gratificante para o professor. Já nas atividades individuais, o professor busca perceber como o aluno reage a uma atividade isoladamente, ou seja, somente sob a observação do educador. Geralmente, o desenvolvimento de certas atividades em grupo são mais estimuladoras, pois existe entre os membros envolvidos uma troca de conhecimento muito maior, além dos alunos aprenderem a respeitar os direitos dos colegas e a promoverem discussões daquilo que é melhor ou pior para o grupo.

Observou-se que as atividades desenvolvidas no âmbito da coletividade despertam nos alunos um sentimento de cidadania, elaborado a partir de grupos organizados por meio de discussões e debates sobre algum tema da realidade em que vivem. Trata-se da

cidadania coletiva, para a qual a educação ocupa lugar central, tendo em vista, ser a construção da mesma um movimento educativo que, portanto, só poderá ser realizado num processo de interação permanente entre professor-aluno-associado.

Para tal, torna-se fundamental ter como pressuposto básico uma concepção de educação que não se restrinja ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos por meio de técnicas e instrumentos do processo pedagógico.

Para se construir este caráter educativo, deve-se considerar, sem determinar nenhum grau de prioridade, alguns elementos como:

- Dimensão da organização das políticas educacionais utilizadas pela COEDUCAR, que possibilitará a identificação dos interesses antagônicos a fim de permitir a elaboração de estratégias para a obtenção do bem comum, por ser um direito pertencente a todos os associados;
- A questão cultural da escola que permitirá o resgate das experiências para a leitura do presente e construção do futuro, ocorrendo, assim, o processo de ocultamento das diferenças sociais existentes e, conseqüentemente a identificação dos distintos interesses dos alunos. Esta seria a dimensão educativa dos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem que construirá a metodologia de ação participativa, segundo as necessidades que a conjuntura lhes coloca, sempre num processo coletivo;
- Dimensão espaço-tempo, que possibilitará uma grande articulação entre o chamado saber popular e o saber científico como via de resgate dos elementos da consciência fragmentada.

Embora a democracia na oferta de vagas nas escolas seja uma realidade nos dias atuais na sociedade brasileira, o modelo político-pedagógico do sistema por sistema, persiste com características fortes de exclusão, não possibilitando ainda a democratização do saber e nem modificações estruturais na sociedade, de modo geral.

Em busca de reverter este quadro de exclusão, seja pelas escolas particulares que se tornam cada vez mais seletivas e praticando altas taxas de mensalidades, seja por via das escolas públicas, cada vez mais preocupadas em manter a quantidade do que a qualidade no processo ensino-aprendizagem. É neste momento, baseando-se em uma proposta de educação construtivista que surgem as escolas cooperativas formadas por pais de alunos.

Tendo em vista essa dimensão educacional na cooperativa educacional, os professores da COEDUCAR procuram disponibilizar semanalmente um espaço entre eles e o conselho pedagógico formado por pais de alunos,

abordando-se questões como cidadania, educação, meio ambiente, indivíduo e plano pedagógico.

Para os professores, estas reuniões são importantes, porque a troca de informações é enriquecedora para o grupo, que por meio de discussões coletivas consegue atingir os objetivos com maior eficiência.

A escola não procura estimular a realização de competições ou atividades que possa gerar disputas acirradas entre os alunos, no ambiente escolar.

O que pretendemos é trabalhar com todos para que desenvolvam em todas as áreas: cognitiva, artística, ética e social, a solidariedade e igualdade entre o grupo. Se o aluno é preparado de forma a desenvolver suas potencialidades, com certeza conseguirá enfrentar os desafios do presente, pois a escola trabalha para que o educando viva o hoje, e não seja apenas preparado para viver o futuro. Portanto, evita-se estimular a competição entre os alunos, onde cada um é valorizado de acordo com sua capacidade e não por suas conquistas ou superações. Na escola, existem vários eventos em que os alunos expõem seus trabalhos e fazem apresentações, mas sem jamais comparar suas produções com a de outros alunos. (ENTREVISTA, 09/2003)

É no método de avaliação, como testes e sabatinas, que os professores encontram maior grau de dificuldades em evitar a competição e a disputa por melhores rendimentos entre os alunos. Mesmo que os professores neguem que estas atividades não geram a competição, o que se observou entre os próprios alunos é a disputa por melhores notas e a busca pelo reconhecimento individual, reconhecimento este que é tão almejado pelos próprios pais. Isto se dá a partir do momento em que alguns alunos considerados “gênios” conseguem superar os demais que se sentem inferiorizados e passam a reprimir do grupo aqueles alunos que melhor desempenho obtém na escola, ou o inverso também pode ser constatado.

Este fato construído de maneira decisiva para reduzir ou desacelerar o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem busca atingir a todos os alunos da COEDUCAR. E é por isso que estamos criando mecanismos alternativos, como a arte, a música e a informática, como maneira de incentivar os alunos a desenvolverem suas habilidades e sanar suas dificuldades, sem se preocuparem apenas com notas. (ENTREVISTA, 02/2004)

3.3. Dos Associados

Alguns associados, que já participaram de uns dos conselhos (Administrativo, Pedagógico ou Fiscal) existentes na COEDUCAR, salientaram que a cooperativa educacional exige um maior grau de integração e cooperação entre as pessoas na solução dos problemas educacionais. Buscar, por meio da participação dos pais, um maior compromisso com a escola que oferece um ensino de qualidade e que responda pela qualidade intelectual, cultural, política e profissional de seus associados, é uma meta ainda a ser efetivada.

Mas, para que isso comece a acontecer, é necessário que a COEDUCAR, deva de forma coletiva, exercer o seu verdadeiro papel enquanto instituição educativa, pautando-se nos propósitos básicos da doutrina cooperativista, a começar evidentemente pelas crianças e jovens. Daí, a necessidade de se postular um projeto pedagógico focado na educação cooperativista aos alunos e professores, a fim de assegurar o êxito deste segmento cooperativista. A cooperativa educacional, tem como finalidade básica a manutenção de uma estrutura escolar, em que a conscientização por parte dos associados em relação aos princípios cooperativistas se dêem de maneira atuante e solidária, devendo os associados buscar sempre uma educação com qualidade a preços módicos, apresentando-se como um instrumento para a transformação do sistema educacional e econômico-social. (ENTREVISTA, 12/2003)

É preciso que o meio em que se dá o processo educacional seja organizado e reestruturado numa perspectiva do Cooperativismo. A educação que contribui de forma significativa para a cooperação entre os associados, surge por meio de interesses e necessidades advindas de grupos de pessoas, que possuem objetivos comuns no sentido de organizar uma associação mais participativa e com relações efetivamente democráticas.

É sob a forma de uma associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece, contudo a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes. Eis como tudo se origina de uma convenção e, por seu intermédio, dando-se cada um, total e igualmente, a todos, preserva-se a sua igualdade e a sua liberdade (ROUSSEAU, 1999).

Daí percebe-se, assim, a necessidade de se intensificar o processo de educação cooperativista aos associados, alunos e professores, para assegurar o êxito deste tipo de associação e manifestação entre os envolvidos, dos princípios que fundamentam a prática de uma organização verdadeiramente democrática. Para os associados, quando se fala, porém, na preparação dos professores como agentes de transformação do meio educacional, deve-se considerar que, em regra, os associados desse tipo de cooperativa, são os pais dos alunos. Os professores não são, necessariamente, envolvidos diretamente com o processo cooperativista. Mas, como educadores contratados, podem atuar numa escola cuja linha norteadora é a educação cooperativista, não tendo estes formação pedagógica específica para conduzirem uma escola com ideais cooperativistas. A escola cooperativa deve estar aberta e proporcionar que a relação afetiva escola-professor-aluno, seja o instrumento transformador da prática didático-pedagógica, formando a pessoa em sua totalidade.

Com o objetivo de identificar o ponto de equilíbrio entre a percepção do professor, aluno e associado, torna-se indispensável definir os objetivos a serem atingidos e este é o desafio que a cooperativa educacional tem enfrentado. É na relação entre os associados e alunos, ou seja, pai e filho, que se procurou encontrar respostas em relação aos interesses dos pais pela educação de seus filhos.

Em um primeiro momento, por via de entrevistas semi-estruturadas, procurou-se encontrar nos relatos dos pais a sua contribuição em termos de cooperação nas atividades escolares de seus filhos. A maior parte dos entrevistados admitiu que não dispõe de tempo para atividades escolares dos filhos, e se eximem desta tarefa, buscando alternativas como contratando um professor particular para tais ocasiões, ou orientando os filhos a procurarem os professores da COEDUCAR em horários vagos para possíveis soluções de problemas ocasionados por uma disciplina ou outra. Esta “fuga” permanente dos pais em relação aos seus filhos faz surgir diversos problemas entre eles, uma como é não se envolver nas atividades escolares dos filhos e outra é a educação ampla.

Por outro lado, há pais na cooperativa que não abrem mão de monitorar constantemente a educação de seus filhos, e procuram até participar dos conselhos deliberativos da cooperativa, ou se integram ao conselho de pais, para assim poderem estar mais atentos às propostas pedagógicas que estão sendo desenvolvidas com seus filhos.

Para estes pais é fundamental acompanhar o dia-a-dia

de seus filhos, principalmente estando ao lado deles, orientando-os na realização das atividades escolares. Alguns associados afirmaram que este tipo de procedimentos tem contribuído de maneira significativa na educação e mudança de atitudes de seus filhos. Para os pais, a presença deles faz com que seus filhos aproveitem melhor o tempo de estudo e o resultado de tudo isso é um melhor desempenho na escola.

No início, os pais entrevistados afirmaram que seus filhos se sentiam meio que obrigados a fazer as atividades escolares, ficando irritados e inibidos com as suas presenças. Mas, com o passar do tempo, obtiveram a percepção do benefício que estavam tendo ao serem orientados e monitorados pelos seus próprios pais. E esses benefícios se expressaram em diversas formas como a valorização pelo estudo, o trabalho em equipe se tornou mais produtivo e, houve até melhoria no desempenho dos alunos que tiveram uma atenção especial por parte de seus pais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola enquanto possibilidade de ascensão social e cultural torna-se aparelho de hegemonia, podendo contraditoriamente funcionar numa perspectiva de contra-hegemonia, dentro da sociedade capitalista. O trabalho, no sentido da construção do sujeito na efetivação da história, inclui a preparação e ação na vida em sociedade, fundamentada na competência técnica, na formação filosófica – “novos valores” – e na formação política.

A formação cooperativista tem, como objetivo básico, levar ao núcleo familiar e social os princípios, valores e a prática cooperativista, por meio dos alunos e associados, contribuindo para o crescimento e a continuidade da sociedade cooperativa, bem como para a expansão dos ideais cooperativistas, para além das fronteiras da Cooperativa Educacional.

Com base nas informações levantadas, evidenciou-se que no processo de criação da cooperativa educacional os associados enfatizaram excessivamente a questão patrimonial, centralizando as discussões iniciais em torno da aquisição de sede própria em detrimento de questões mais importantes como o projeto pedagógico, a capacitação do quadro social e do corpo docente e, por outro lado, conduzindo a um super dimensionamento do empreendimento e, conseqüentemente do capital necessário para colocá-la em prática.

A seguir, serão relatados os pontos de convergências ou divergências percebidos na COEDUCAR ao ser realizado um levantamento de informações e coleta de dados que evidenciaram a

percepção dos associados, alunos e professores da cooperativa em comparação aos diversos teóricos que tratam do assunto, sob o enfoque da “solidariedade e igualdade como princípios democráticos em cooperativas”.

A partir do suporte teórico utilizado nesse trabalho, observou-se que na COEDUCAR (Cooperativa Educacional de Viçosa - MG Ltda) as propostas pedagógica e recreativa no início de constituição da cooperativa não apresentavam suficiente fundamentação em dados concretos, criando-se expectativas que não puderam ser cumpridas ao longo do tempo.

A baixa participação dos associados, a escassez de atividades que pudessem promover a integração contínua dos associados e a redução de materiais literários para a fundamentação específica voltada ao Cooperativismo, proporcionando um conhecimento mais aprofundado dos direitos e deveres que regem este sistema, são pontos problemáticos que requerem certas prioridades por parte dos responsáveis em administrar a cooperativa.

O imediatismo das propostas e a visão voltada puramente para a questão econômica, ocasionando em tomada de decisões contrárias aos objetivos dos associados, conduzindo a equívocos como a precipitação na contratação de professores e a ausência de vínculo entre o processo educativo e a prática cooperativista, demonstraram ser frágeis frente a situações que requerem um planejamento participativo de média e longa duração.

Os trabalhos iniciais necessários para a manutenção da prática de uma gestão democrática e participativa e, realizados por associados despreparados para tal finalidade, podem conduzir a um resultado que reflete seus interesses individuais e não os interesses de todo o grupo, distanciando a organização da satisfação de seus objetivos reais.

A imprecisão na definição dos associados, conduz à adesão de membros puramente “simpatizantes” ou “oportunistas”, que não apresentam vínculos reais com o processo cooperativista, contribuindo para o mau dimensionamento da real sociedade cooperativa, formada por aqueles que utilizarão os serviços oferecidos pela cooperativa.

O processo de integração do corpo docente e funcional como membros associados reflete, mais uma vez, numa visão precipitada e imediatista, voltada puramente para a questão econômica, negligenciando a divergência de interesses dos diversos grupos existentes na COEDUCAR. Por outro lado, mesmo integrados ao quadro associativo, estes continuam a ser tratados como funcionários.

A má definição do desenho organizacional, ocasiona

conflitos de poder e, posterior centralização, intensificando o processo entrópico da cooperativa. O pouco conhecimento ou desconhecimento dos princípios cooperativistas pela maioria dos integrantes da organização cooperativa e a conseqüente falta de consciência cooperativista conduzindo à evasão de alunos e associados e o baixo índice de adesão aos serviços prestados pela cooperativa, somente tem comprovado a necessidade de implementação de uma proposta de educação cooperativista adequada às necessidades problemáticas identificadas na cooperativa. Tal proposta, deverá fundamentar-se no resgate de princípios e valores cooperativistas, como a cooperação e ajuda mútua, que são de extrema importância para os associados, alunos e professores, acarretando em uma prática democrática e equitativa.

Assim, a falta de definição dos limites e das relações entre cooperativa educacional e escola cooperativa, conduzem a interferências indevidas na administração da escola e na orientação pedagógica, e a conseqüentes conflitos. Constatou-se, também, nos relatos dos associados, que a cooperativa educacional e a escola cooperativa, representam para o pai de aluno um investimento com prazo determinado, ou seja, até que seu filho ou dependente, complete o ciclo educacional oferecido pela escola que vai do maternal à 8ª série do ensino fundamental, refletindo aí uma ênfase puramente econômica e com prazo determinado de duração.

A partir da adesão dos funcionários e professores no quadro associativo da cooperativa, passa-se a contar com um grupo de associados para os quais a cooperativa representa a “propriedade do próprio negócio”, ou seja, de sua fonte de renda, constituindo-se, então, de um investimento permanente. Percebe-se que o que é objetivo principal de uns é objetivo acessório de outros, e vice-versa, levando inevitavelmente a um conflito que não pode ser negligenciado.

Todo o quadro descrito acima surge como reflexo da ausência de um trabalho voltado para a educação cooperativista permanente. Cabe afirmar que o caminho apontando pelos valores e princípios expressos na educação cooperativista, em que é possível reconstruir os conceitos de solidariedade e igualdade, modificar os vícios organizacionais e culturais, e contribuir para a geração de um ambiente propício à participação ativa, condição essencial para a efetivação do ideal democrático e cooperativista, tendem a proporcionar maior dinamismo ao empreendimento cooperativo.

Mas, em detrimento de uma série de limitações financeiras ou burocráticas, a cooperativa educacional

poderá dentro de um trabalho de conscientização e mobilização contínua dos associados ativos, proporcionar mudanças no ambiente organizacional da cooperativa, visando a redução dos problemas anteriormente apontados. Nessa perspectiva, uma escola cooperativa deve oportunizar a formação de uma mentalidade cooperativa, bem como a construção de um ambiente cooperativo, isto é, uma fundamentação teórica e axiológica, que conduza a um repensar e transformar das práticas administrativas, pedagógicas e das relações entre associados e alunos. Para que isso ocorra, são necessários conteúdos formativos de um conhecimento teórico e uma vivência fundamentada na cooperação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBBIO, N. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- DUMONT, L. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: M. Fontes, 1995.
- FIGUEIREDO, L. C. **Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos**. São Paulo: Escuta, 1995.
- MAGNANI, R. M. A. de G. **Robert Owen**: fábrica, escola e auto-gestão administrativa. Campinas: UNICAMP, 1987.
- MATTA, R. da. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.
- PINHO, D. B. Tendências da educação cooperativista no início do século XXI. In: PANZUTTI, R. (Org.). **Educação cooperativista**. São Paulo: OCESP/SESCOOP-SP, 2001. (Coleção estudo e pesquisa, 3).
- PROUDHON, P. J. **A propriedade é um roubo**. São Paulo: Ática, 1986.
- RIOS, G. S. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social e outros escritos**. São Paulo: Nova cultural, 1999. v. 1.
- TOCQUEVILLE, A. de. **A democracia na América**. São Paulo: EDUSP, 1987.